



ENTRE A DÍVIDA E A GUERRA: IMPACTOS DA SOCIEDADE DE CONTROLE NEOLIBERAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Sylvio de Sousa Gadelha Costa ¹
Filipe Caldas Oliveira Passos ²

BETWEEN DEBT AND WAR: IMPACTS OF THE NEOLIBERAL CONTROL SOCIETY IN THE FIELD OF EDUCATION

RESUMO

O presente artigo busca analisar os impactos da sociedade de controle neoliberal no campo da educação. Para tanto, baseia-se no marco referencial teórico do pensamento pós-estruturalista, mais especificamente de cunho neonietzscheano, elaborado por pensadores tais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Além disso, foram contempladas as contribuições teóricas de autores ainda vivos que sofreram forte influência dos filósofos supracitados e que, em alguma medida, atualizam criativamente seus conceitos: Christian Laval, Pierre Dardot, Maurizio Lazzarato e Éric Alliez. Também se estabelece um diálogo com professores e pesquisadores brasileiros contemporâneos que, de alguma forma, contribuem para o tema. O método utilizado é o hermenêutico, que implica compreender os textos a partir do que eles mesmos dizem, como também possibilita estabelecer um diálogo intertextual, abrindo novas perspectivas e expandindo nosso horizonte de compreensão do mundo. Foram utilizados os conceitos de empresa, mercado, guerra, dívida e educação como analisadores do problema em questão. Quanto aos resultados obtidos, estes consistem na constatação da infiltração neoliberal no campo da educação, havendo a necessidade urgente de confrontá-la tanto crítica quanto criativamente.

Palavras-chave: Empresa. Mercado. Guerra. Dívida. Educação.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the impacts of the neoliberal control society on the field of education. To this end, it is based on the theoretical framework of post-structuralist thought, more specifically of a neo-Nietzschean, developed by thinkers as Michel Foucault, Gilles Deleuze and Félix Guattari. In addition, the theoretical contributions of authors still alive who were strongly influenced by the aforementioned philosophers and who, to some extent, creatively update their concepts were considered: Christian Laval, Pierre Dardot, Maurizio Lazzarato and Éric Alliez. A dialogue is also established with contemporary Brazilian scholars and researchers who, in some way, contribute to the theme. The method used is hermeneutical, which involves understanding the texts based on what they themselves say, as well as enabling the establishment of an intertextual dialogue, opening new perspectives and expanding our horizon of understanding of the world. The concepts of company, market, war, debt and education were used to analyze the problem in question. The results obtained show that neoliberalism has infiltrated the field of education, and that there is an urgent need to confront it both critically and creatively.

Keywords: Company. Market. War. Debt. Education.

1. Doutor em Educação, mestre em Sociologia, graduado em Psicologia. Professor da graduação e da pós-graduação em Educação da UFC.
2. Bacharel, licenciado e mestre em Filosofia pela UECE. Doutorando em Educação pela UFC.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o impacto do neoliberalismo na educação. Antes de encetarmos a análise propriamente dita, faremos algumas considerações preliminares. Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que assumimos uma postura intelectual de cunho perspectivista, ou seja, reconhecemos que esta análise se baseia em determinado marco referencial teórico, não tendo a pretensão de ser conclusiva acerca do tema abordado. Isso não quer dizer que não haja aqui certo rigor analítico, mas simplesmente que se explicita, desde já, o arcabouço teórico e as ferramentas conceituais subjacentes à presente análise, reconhecendo-se, portanto, seu devido alcance e seus justos limites. Trata-se de um exercício de honestidade intelectual: elaboramos uma análise e assumimos seu caráter perspectivístico, pois estamos cientes de que abordamos, com nosso instrumental teórico-conceitual, determinados aspectos de um fenômeno sem, porém, esgotá-lo².

Quanto ao marco referencial teórico utilizado nesta análise, trata-se principalmente do pensamento pós-estruturalista ou neonietzscheano de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, bem como de seus desdobramentos nos escritos de filósofos e sociólogos ainda vivos, tais como Christian Laval (Paris-Ouest Nanterre-La Défense), Pierre Dardot (Paris-Ouest Nanterre-La Défense), Maurizio Lazzarato (CNRS) e Éric Alliez (Kingston University). Também se estabelece, neste texto, certa interlocução com professores e pesquisadores brasileiros, nas áreas da filosofia, da sociologia, da educação e da economia: Alfredo Saad Filho (King's College London), Iolanda Montano dos Santos (FSJT), Viviane Klaus (UNISINOS), Silvio Gallo (UNICAMP), Ricardo Antunes (UNICAMP) e Vitor Filgueiras (UFBA). Já os conceitos que delimitam a presente análise, são os seguintes: mercado, empresa, dívida, guerra e educação. Por fim, no que diz respeito ao último conceito, este é abordado em sentido amplo, consistindo no processo de formação da subjetividade e, por conseguinte, abrangendo a educação tanto formal quanto informal. Inclusive, a presente análise sustenta que a fronteira entre educação formal e informal se tornou mais tênue na conjuntura neoliberal.

Eis as considerações preliminares que dispomos a fim de revelar ao leitor, desde já, o escopo deste texto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tomamos, como ponto de partida, o conceito de neoliberalismo. Este é apreendido, na perspectiva foucaultiana, a partir de certa articulação entre os conceitos de empresa e mercado. Foucault empreende no curso intitulado *O nascimento da biopolítica*, ministrado entre 1978 e 1979, no Collège de France, uma análise genealógica do neoliberalismo, expondo sua proveniência histórica e a emergência de suas versões alemã e norte-americana. Essa formação social ou *socius* consiste em um conjunto articulado de práticas, tanto discursivas quanto não discursivas, formatadas pelo mercado. As práticas discursivas, às quais Foucault atribui certa primazia, justificam e legitimam as práticas dominantes na conjuntura neoliberal. Trata-se, portanto, de uma formação de poder que ganha força no final da década de 1970, período no qual Foucault analisa o referido fenômeno. Essa formação de poder é caracterizada pelo mercado como instância formatadora de toda a sociedade, mais especificamente, por intermédio da forma empresa. Nas palavras de Foucault: “[...] É essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, 2008, p. 203). Portanto, o filósofo francês sustenta que a principal característica da política neoliberal consiste no mercado como poder enformador do corpo social com base no modelo empresarial regido pela lógica da concorrência. Essa política se propaga pelo mundo a partir do fim da década de 1970, capturando gradativamente as diversas esferas que compõem a vida social, como por exemplo, a educação.

Com base no parágrafo acima, pode-se dizer, em suma, que o neoliberalismo como prática política se propagou pelo mundo entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980. Nesse período, seus principais representantes na geopolítica mundial

2. Estamos, portanto, admitindo o sentido nietzscheano desta análise, pois já dizia Nietzsche em *Genealogia da moral*: “[...] Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um ‘conhecer’ perspectivo; e quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso ‘conceito’ dela, nossa ‘objetividade’ [...]” (NIETZSCHE, 2006, p. 109). Assim, a perspectiva apresentada neste artigo é construída a partir dos “olhos” dos filósofos, sociólogos, pedagogos e economistas com os quais dialogamos intensamente na abordagem do tema em questão.

foram o presidente norte-americano Ronald Reagan e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, embora o regime ditatorial do general Augusto Pinochet, no Chile, tenha sido uma espécie de laboratório para o experimento neoliberal. No Brasil, o neoliberalismo se instaura durante a década de 1990, mais especificamente, no mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992, consolidando-se a partir do Plano Real, em 1994: “[...] A estabilidade monetária foi percebida como condição *sine qua non* para a implantação do novo sistema de acumulação pautado pelo neoliberalismo. Mas isso demandava também a legitimação política do projeto neoliberal. Bem-sucedido no combate à inflação, o Plano Real garantiu essa legitimidade” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 103).

A política neoliberal se intensifica durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016, houve tentativas de mitigar os impactos sociais da política neoliberal, sem haver qualquer ruptura com sua lógica. Alfredo Saad Filho (King’s College London) e Lécio Moraes, no livro intitulado *Brasil: neoliberalismo versus democracia*, argumentam que, durante os governos Lula e Dilma, houve conquistas significativas, principalmente no âmbito social; porém, este período consistiu em uma continuidade do modelo neoliberal, desta vez, em uma versão desenvolvimentista. A esse respeito, Alfredo Saad Filho e Lécio Moraes argumentam o seguinte:

Durante os governos do PT, houve redistribuição de renda por meio do maior acesso a aposentadorias, programas de transferência de renda e crédito ao consumidor, além de maiores ganhos no mercado de trabalho. No entanto, ao contrário do ocorrido com a social-democracia europeia do pós-guerra, o consumo de massa coexistiu com a preservação da desigualdade de riqueza e com um padrão de empregos em franca deterioração. Ou seja, à medida que os rendimentos dos mais pobres aumentavam, a pobreza diminuía e os salários tornavam-se menos desiguais; ao mesmo tempo, os ricos preservavam seus rendimentos, e os empregos continuavam precários e mal remunerados (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 164).

No governo de Michel Temer, a política neoliberal ganha novo impulso e segue assim até o presente. Trata-se, a partir de então, de uma versão mais agressiva, mais autoritária do neoliberalismo, que desembocou em uma situação política com significativa presença

neofascista. Nesse curto período, que corresponde aos últimos oito anos da história deste país, foram promulgadas, por exemplo, as reformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio, que objetivavam reforçar brutalmente as malhas do poder neoliberal em torno da população brasileira. Vale ressaltar que as leis que regem o ensino de filosofia na educação básica, tais como a LDB (1996) e a BNCC (2018) foram promulgadas nessa ampla conjuntura neoliberal, sofrendo, portanto, seus impactos.

As leis referidas no parágrafo acima veiculam um discurso de cunho inclusivo: elas defendem a inclusão pedagógica no sentido mais amplo, contemplando as minorias sociais; também versam sobre a inclusão curricular de disciplinas como a filosofia e a sociologia; por fim, sustentam uma inclusão interdisciplinar, em que as disciplinas passam a dialogar mais abertamente umas com as outras. Mas, segundo estudos recentes, há certa armadilha nessas práticas, tanto discursivas quanto não discursivas, de inclusão. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de captura das singularidades, das diferenças, pelo *socius* neoliberal. A esse respeito, Iolanda Montano dos Santos (FSJT) e Viviane Klaus (UNISINOS) afirmam o seguinte, no artigo intitulado *A inclusão e o sujeito empresário de si*:

A inclusão é um imperativo da sociedade contemporânea. Ela é uma estratégia que está implicada diretamente na nova ordem social neoliberal e sua decorrente fragmentação social. Nessa nova ordem, criam-se as condições de possibilidade para o gerenciamento dos sujeitos, tornando-os autônomos e empresários de si mesmos [...], bem como para a reconfiguração do papel do Estado (KLAUS; SANTOS, 2013, p. 62).

Silvio Gallo (UNICAMP) também faz considerações similares no artigo intitulado *Governamentalidade democrática e o ensino de filosofia no Brasil*. No referido artigo, Gallo reporta-se, inclusive, à promulgação da Constituição Federal de 1988 como um documento com o qual se marca historicamente o processo de veiculação de um discurso de inclusão democrática que, por sua vez, está imbricado com determinada forma de governamentalidade. Trata-se, segundo Gallo, de uma governamentalidade política, isto é, daquilo que Foucault definia como “um governo dos outros”, consistindo em um conjunto de práticas cuja finalidade é obter o controle social. Além disso, é nessa conjuntura que está inserido o ensino de filosofia no Brasil atualmente. A esse respeito, diz Gallo: “[...] O ensino de filosofia no Brasil contemporâneo está sendo

pensado e produzido no âmbito da maquinaria de uma governamentalidade democrática [...]” (GALLO, 2012, p. 64). Ora, o processo de redemocratização do Brasil, após duas décadas de ditadura militar, se conclui no momento em que o neoliberalismo começa a dar seus primeiros passos no país. Pode-se afirmar, portanto, que essa governamentalidade democrática consiste na instauração de um controle social que se consolida segundo os parâmetros do mercado, ou seja, como um *socius* neoliberal.

Ainda no que diz respeito à noção de controle social, cabe ressaltar que Deleuze, no início da década de 1990, afirmara que estávamos ingressando em um novo tipo de sociedade, modelada segundo a forma empresa e cada vez mais modulada pelas novas tecnologias. Ele partiu da afirmação de Foucault de que a *sociedade disciplinar*, que já durava dois séculos, entrara em crise. No seu lugar, começava a se instaurar, de acordo com Deleuze, uma *sociedade de controle*. Esse modelo de sociedade coincide com a propagação global do neoliberalismo, processo também chamado de *globalização*. Esse processo ganhou força no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sofreu uma pequena resistência durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, porém voltou a se intensificar a partir dos governos Temer e Bolsonaro. No que diz respeito à educação, esta passa a ser cada vez mais formatada pelo modelo da empresa e pelo discurso do empreendedorismo, presente inclusive no texto da BNCC³. A esse respeito, diz Deleuze na entrevista intitulada *Controle e devir*: “[...] pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário [...]” (DELEUZE, 2013a, p. 220).

Essa formação permanente já vigora no Brasil na medida em que os indivíduos são *forçados* a estarem se aperfeiçoando profissionalmente, ao longo da vida, para não ficarem desempregados, embora nem isso seja uma garantia de empregabilidade. Também sobre esse controle contínuo exercido sobre a formação, afirma Deleuze no texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*: “[...] No regime das escolas:

as formas de controle contínuo, avaliação contínua e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis da escolaridade [...]” (DELEUZE, 2013, p. 229). Essa introdução da empresa no âmbito geral da escolaridade, devido à sua propagação em todo o corpo social, corresponde ao diagnóstico foucaultiano do neoliberalismo: o mercado, a concorrência e a empresa como *poder enformador da sociedade*.

O sociólogo francês Christian Laval (Paris-Ouest Nanterre-La Défense), influenciado pelo pensamento de Deleuze e Foucault, se refere a esse controle contínuo, utilizando a expressão *pedagogização da vida*, no livro *A escola não é uma empresa*: “[...] Mais que uma resposta à necessidade de autonomia e desenvolvimento pessoal, é a obrigação de sobreviver ao mercado de trabalho que comanda essa pedagogização da vida. [...] Realizada dentro e fora das instituições, a aprendizagem ao longo da vida [...] confunde-se com a vida pessoal do eterno educando ‘incumbido’ do dever permanente de aprender [...]” (LAVAL, 2019, p. 74). Além disso, Christian Laval escreveu, em parceria com Pierre Dardot (Paris-Ouest Nanterre-La Défense), um livro intitulado *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, que consiste em uma das análises contemporâneas mais significativas da conjuntura neoliberal. Nessa obra, ambos os autores analisam, também sob certa influência dos pensamentos de Deleuze e Foucault, o neoliberalismo como uma nova racionalidade política. Essa racionalidade implica a lógica concorrencial empresarial buscando capturar os diversos âmbitos do corpo social, desde o funcionamento das instituições públicas até os aspectos afetivos da vida dos cidadãos, de tal forma que a própria noção de cidadania passa a se confundir cada vez mais com o modelo gerencial.

Antes, porém, de abordarmos o tema da *fabricação do sujeito neoliberal*, que é tratada de forma abrangente no referido livro, é importante que se façam duas considerações. Primeiramente, ressaltamos que essa racionalidade, de cunho gerencial, consiste naquilo que Foucault chamava de *biopoder*, ou seja, de um poder que se exerce sobre as populações e que adquire as características de uma gestão populacional. Em segundo lugar, essa versão do biopoder, ao se desenvolver com

3. O seguinte trecho da BNCC é um exemplo explícito deste discurso do empreendedorismo: “[...] Proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade” (Brasil, BNCC, p. 466).

o avanço do neoliberalismo, adquire os contornos característicos de uma sociedade de controle, isto é, de um *socius* cuja tecnologia política objetiva a produção da subjetividade através de mecanismos mais invasivos de governamentalidade, sob a forma de uma fina modulação dos comportamentos. Tratamos dessas duas considerações para, em seguida, retomarmos os argumentos de Dardot e Laval.

No que concerne ao conceito de biopoder, Foucault o define como "o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e gestão distributiva de suas forças [...]" (FOUCAULT, 2015, p. 152). Segundo Foucault, o biopoder se exerce "pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (Ibidem, p. 150). O filósofo francês também diz isto sobre o biopoder: "[...] Explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um 'biopoder'" (Ibidem, p. 151). Nesse sentido, o biopoder caracteriza-se principalmente por ser uma gestão ou administração da vida das populações a fim de torná-las dóceis, mas também rentáveis, de acordo com os parâmetros de uma racionalidade que, na conjuntura atual, é a do neoliberalismo. Essa gestão ou administração lança mão de diversas técnicas de poder – portanto, de toda uma tecnologia política. No caso da educação, pode-se elencar toda uma maquinaria que abrange desde processos de codificação jurídica no campo educacional até os procedimentos adotados estritamente no trabalho escolar. A BNCC é um exemplo disso, na medida em que enquadra o trabalho escolar em práticas para o desenvolvimento de competências e habilidades sobre o pano de fundo de um discurso empreendedor.

Quanto à questão da modulação dos comportamentos, baseia-se na passagem da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*. Isso não quer dizer que o poder disciplinar simplesmente chegou ao seu fim, mas que a esse tipo de poder, que consiste no enquadramento dos corpos e no consequente adestramento das condutas por intermédio do confinamento espacial e da regulação temporal promovidos por *instituições de sequestro*, tais como a escola, o quartel, a fábrica,

a prisão, o manicômio, etc.⁴, vem sendo contestado nas últimas décadas e, paralelamente, vem ganhando certo reforço por outra tecnologia de poder, sobretudo através das novas tecnologias, que permite um controle mais fino, mais invasivo das condutas. É isso que, em linhas gerais, Deleuze caracteriza como o regime de poder da *sociedade de controle*. A esse respeito, Deleuze afirma o seguinte:

[...] Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente [...]. Isto se vê claramente na questão dos salários: a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários; mas numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica [...]. Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos [...]. (DELEUZE, 2013, p. 225).

Deleuze se referia a esse novo regime de poder, por ele chamado de *sociedade de controle*, no começo dos anos 1990. Hoje, esse tipo de poder se manifesta largamente sob as formas do capitalismo das plataformas digitais, do mercado de coaching, da cultura do empreendedorismo, etc. O campo da educação, por sua vez, é estratégico para essa formação de poder, possibilitando que a modulação dos comportamentos se exerça sobre as populações desde a mais tenra idade. Essa modulação visa à produção de uma subjetividade afinada com os parâmetros neoliberais da forma empresa, da lógica concorrencial e do mercado como modelo.

Além disso, é importante ressaltar que a modulação exercida por esse poder se aplica sobretudo no âmbito afetivo, produzindo certa economia do desejo. Isso quer dizer que se trata de um tipo de poder que, além das práticas discursivas que lhe conferem legitimidade, utiliza práticas não discursivas sob a forma de técnicas bastante invasivas, que buscam canalizar ao máximo os fluxos desejanter do inconsciente. São técnicas de gerenciamento, incluindo monitoramento, incorporadas pelos sujeitos e alçadas, em termos

4. Inclusive, Foucault aponta, na obra *Vigiar e punir*, o imbricamento entre o poder disciplinar, que se propaga pelo corpo social por meio dessas instituições de sequestro, e o desenvolvimento da economia capitalista: "[...] O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja 'anatomia política', em uma palavra, podem ser postos em funcionamento por meio de regimes políticos, de aparelhos ou de instituições muito diversas" (FOUCAULT, 2013, p. 209).

foucaultianos, à dimensão de *técnicas de si*⁵, ou seja, práticas rotineiras que, na conjuntura neoliberal, formatam a subjetividade conforme à forma empresa e à lógica de mercado. Acerca dessa dominação exercida sobre os afetos, mais especificamente sobre o desejo, que é o verdadeiro motor da afetividade, Dardot e Laval afirmam:

[...] O *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejanter não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Portanto, a sociedade de controle que caracteriza a conjuntura neoliberal atual consiste em uma imensa máquina social que funciona por intermédio de uma tecnologia política mobilizadora de *práticas de si* formatadas pela concorrência, pela empresa, pelo mercado. Além disso, essa máquina opera por meio da matriz energética do desejo. Dessa forma, ela busca produzir subjetividades que se autorregulam segundo a lógica do sistema vigente, isto é, de um *socius* cuja inscrição corporal e psíquica – portanto, intensiva ou afetiva – reproduz o que Deleuze e Guattari já chamavam, em *Mil Platôs*, de máquina de guerra⁶ e que Maurizio Lazzarato (CNRS) e Éric Alliez (Kingston College) atualizam nos termos de uma máquina de guerra do Capital que se caracteriza, principalmente, pela guerra de subjetividade. Isso quer dizer que

um modelo empresarial de subjetividade é imposto violentamente pela axiomática do capital em sua fase neoliberal. Ora, a educação, compreendida em sentido amplo, isto é, como processo de formação, tanto formal quanto informal, da subjetividade, é o campo de batalha crucial dessa guerra. Sobre essa guerra de subjetividade, Lazzarato e Alliez afirmam:

[...] A produção de subjetividade é ao mesmo tempo a primeira produção do capitalismo e o *objeto* principal da guerra e da guerra civil em particular. A formatação da subjetividade é o *nó estratégico* dessas guerras, e o reencontraremos ao longo de toda a história do capitalismo. Para Félix Guattari, de quem pegamos emprestada a expressão, as "guerras de subjetividade" são guerras políticas de "formatação" e de "pilotagem" de uma subjetividade necessária à produção, ao consumo e à reprodução do Capital [...] (LAZZARATO; ALLIEZ, 2021, p. 57).

Estamos, portanto, em meio a uma guerra civil planetária, na qual os direitos sociais duramente conquistados vêm sendo fortemente atacados pelo Capital em sua fase neoliberal. As populações tornam-se vítimas de uma espécie de gestão da precariedade, que as empurra para condições miseráveis de existência e que, ao mesmo tempo, exerce sobre elas um controle contínuo, mobilizando discursos de responsabilização – culpabilização dos precarizados por seus "fracassos" no mercado de trabalho – e canalização do desejo pela forma empresa e pela lógica de mercado. Além disso, deve-se acrescentar a violência, incluindo o extermínio, contra grupos minoritários, como as populações negra, indígena, etc. – racismo que acompanha em larga medida a biopolítica, como apontara Foucault no curso do Collège de France intitulado *Em defesa da sociedade*, ministrado entre 1975 e 1976⁷.

5. Essa noção de *técnicas de si* é relevante nas pesquisas empreendidas por Foucault. A esse respeito, é importante frisar que o filósofo francês escreveu, em 1982, um texto intitulado *As técnicas de si*, do qual extraímos a seguinte citação, que mostra a importância desse conceito em sua obra: "[...] As técnicas de dominação e as técnicas de si [...] retiveram principalmente minha atenção. Eu quis fazer uma história da organização do saber tanto no que concerne à dominação quanto no que concerne ao si [...] (FOUCAULT, 2014c, p. 266). Além disso, vale ressaltar que Foucault estabelece uma conexão entre esses tipos de técnica e a educação: "[...] Cada tipo implica alguns modos de educação e de transformação dos indivíduos, na medida em que se trata não somente, evidentemente, de adquirir algumas aptidões, mas também de adquirir algumas atitudes. Eu quis descrever ao mesmo tempo a especificidade dessas técnicas e sua interação constante [...]" (Ibidem, p. 266).

6. Deleuze e Guattari afirmam que a máquina de guerra não tem simplesmente a guerra como objetivo. Os autores utilizam esse conceito, inclusive, para se referir, por exemplo, ao modo de vida dos povos nômades, que resistem à captura pelo aparelho de Estado, mas, não somente: o conceito de máquina de guerra se aplica também, dada sua potência de desterritorialização, a todos os grupos que resistem a essa captura. Todavia, a máquina de guerra pode, infelizmente, ser apropriada pelo aparelho de Estado, como no caso da sociedade de controle neoliberal, visando à reprodução do Capital. Assim, a máquina de guerra passa a produzir a guerra propriamente dita. A respeito da máquina de guerra, Deleuze e Guattari dizem o seguinte: "[...] A máquina de guerra não tem por si mesma a guerra por objeto, mas passa a tê-la, necessariamente, quando se deixa apropriar pelo aparelho de Estado" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 244).

7. A esse respeito, Foucault afirma o seguinte: "Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva [...]" (FOUCAULT, 1999, p. 308)

Ricardo Antunes, eminente sociólogo brasileiro e um dos mais importantes pesquisadores no campo da sociologia do trabalho, vêm realizando há anos pesquisas sobre as relações entre a precarização das condições de existência dos trabalhadores e a utilização de novas tecnologias no meio empresarial, como os serviços de aplicativos. Trata-se de um fenômeno que o referido sociólogo denomina *uberização do trabalho*. O que Deleuze chama de *terrível formação permanente* e Laval, de *pedagogização da vida*, consiste em uma estratégia de captura da educação para a meta de *uberização do trabalho* vigente na fase atual do *socius* neoliberal. A respeito desse processo de uberização, os sociólogos Ricardo Antunes (UNICAMP) e Vitor Filgueiras (UFBA) afirmam o seguinte, no artigo intitulado *Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo*, publicado em 2020:

Diferentemente da planta produtiva taylorista e fordista que foi dominante no século XX, na era do automóvel, as empresas liofilizadas e flexíveis desta nova fase digital-informacional-financeira, vêm impondo sua tríade destrutiva em relação ao trabalho, no qual a flexibilidade, a informalidade e a intermitência se convertem em partes constitutivas do léxico, do ideário e da pragmática da empresa corporativa global. Vem ocorrendo tanto a derrelição e corrosão da legislação protetora do trabalho, quanto imposta uma nova legislação que em verdade permite as formas mais arcaicas de exploração, como ocorreu com a legalização do trabalho intermitente na contrarreforma trabalhista realizada pelo governo Temer em 2017 (ANTUNES; FILGUEIRAS, p. 32, 2020).

Além disso, Antunes e Filgueiras também destacam o controle contínuo que as novas tecnologias, mais especificamente as plataformas digitais utilizadas nos serviços de aplicativos, vêm exercendo sobre os trabalhadores, fazendo eco ao diagnóstico que Deleuze fizera, há mais de trinta anos, sobre as *sociedades de controle*: "A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos [...]" (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 33).

A responsabilização mencionada na citação logo acima implica uma lógica da dívida. Maurizio Lazzarato aborda

8. Nas palavras de Félix Guattari: "[...] As zonas de importância estratégica, os circuitos de reprodução que suportam a vida e a luta são cada vez mais controlados, esquadrihados e, se for o caso, reprimidos preventivamente, de modo que o tempo da vida se encontra estreitamente esmagado sob o tempo militar do capital" (NEGRÍ; GUATTARI, 2017, p. 43).

esse conceito de dívida na obra intitulada *O governo do homem endividado*. Trata-se não simplesmente do endividamento suscitado pelo consumo desenfreado, mas de uma internalização psíquica da dívida. Essa internalização assume a forma da culpabilização, isto é, o indivíduo é forçado a se sentir culpado por não fazer o seu "capital" render. Sua própria vida é por ele percebida como um capital que deve ser aplicado de forma eficaz. Além disso, seus "fracassos" no mercado de trabalho são considerados como de sua inteira responsabilidade. Esse processo de internalização psíquica da dívida se deve tanto aos discursos das autoridades políticas, da mídia corporativa, etc., quanto por práticas não estritamente discursivas, como as técnicas de *coaching*, as atividades pedagógicas, etc. A respeito desse conceito de dívida e de sua internalização psíquica, Lazzarato afirma o seguinte, tomando como exemplo a situação do estudante na conjuntura neoliberal:

[...] O estudante não apenas se considera ele mesmo um capital humano, que ele deve valorizar pelos próprios investimentos (os créditos que ele contrai para estudar), mas ele se sente obrigado, além disso, a agir, pensar e se comportar como se ele fosse uma empresa individual. A dívida impõe um aprendizado de comportamentos, de regras de contabilidade e de princípios de organização usualmente colocados em funcionamento no seio de uma empresa para pessoas que ainda não entraram no mercado de trabalho (LAZZARATO, 2014, p. 67).

Assim, pode-se dizer que a conjuntura neoliberal da atualidade consiste na formação de uma sociedade de controle. Esta é fabricada pela máquina de guerra do Capital, cuja axiomática busca produzir um tipo de subjetividade formatada pelo modelo da empresa, segundo a lógica concorrencial do mercado. A educação, tanto no sentido formal quanto no sentido informal, se torna um campo de batalha crucial para essa máquina de guerra, sendo atravessada por agenciamentos de práticas discursivas e não discursivas que objetivam modular as condutas dos indivíduos por intermédio tanto de enunciados legitimadores do *status quo* quanto de certa dinâmica dos afetos, funcionando sobretudo como uma economia do desejo, movida pela internalização da dívida e, nessa medida, estimulando a produção de paixões tristes, tais como a inveja, a cobiça, o medo, o ressentimento, o ódio, etc. – enfim, tornando a sociedade doente, empobrecendo portanto a vida⁸.

3 METODOLOGIA

Este artigo abordou os impactos do neoliberalismo no campo da educação. Utilizamos, em nossa abordagem, o método hermenêutico, que tanto nos permite compreender os textos a partir de si mesmos quanto enriquecer sua leitura por meio de um diálogo intertextual, que produz novas perspectivas sobre o tema e expande nossos horizontes de compreensão do mundo. Argumentamos que essa abordagem possui um caráter perspectivístico, na medida em que reconhece e explicita suas condições de possibilidade teórico-conceituais: trata-se de uma análise não conclusiva, porém honesta, baseada no marco referencial teórico do pensamento pós-estruturalista, mais especificamente neonietzscheano, construído pelos filósofos franceses Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, bem como de intelectuais vivos que sofreram uma influência significativa dos três: Christian Laval, Pierre Dardot, Maurizio Lazzarato e Éric Alliez.

Também se utilizou, como já foi dito, as contribuições de professores e pesquisadores brasileiros. Desse modo, embora este artigo tenha se baseado nas pesquisas – em termos nietzscheanos, nos “olhos” – desses autores de renome, não há aqui pretensão alguma de totalidade. Há, sim, uma transversalidade, na medida em que estabelece conexões que, por meio dos autores elencados, atravessam diversos campos – filosofia, sociologia, economia e educação – a fim de abordar o tema proposto de modo o mais abrangente possível, levando-se em consideração também as dimensões características de um artigo.

Por fim, destacamos novamente que utilizamos como principais ferramentas desta análise os conceitos de empresa, mercado, dívida, guerra e educação. Esses analisadores possibilitaram, portanto, tratar do fenômeno em questão na perspectiva aqui apresentada.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise realizada mostrou que o neoliberalismo adquiriu a forma de uma sociedade de controle. Esta, por sua vez, caracteriza-se pelo biopoder – a gestão ou administração de populações, visando a docilidade destas, bem como a utilização rentável de suas forças produtivas –, porém, o poder disciplinar – modelação das condutas a partir de práticas de confinamento e regramento – que, até então, estava imbricado com o

biopoder, abre espaço para mecanismos de controle mais finos, mais invasivos.

Os mecanismos de controle supracitados lançam mão, por sua vez, de práticas discursivas e não discursivas, agenciadas de tal forma a, canalizando extensamente o desejo dos indivíduos, formatar as subjetividades destes conforme o modelo da empresa, a lógica do mercado.

Assim, os indivíduos se veem forçados a gerir suas vidas como se fossem empresas em concorrência – capital humano que deve sempre estar rendendo. A introjeção da dívida está no cerne desse processo, causando bastante sofrimento psíquico. Trata-se, em suma, da máquina de guerra do Capital, que assim opera para se reproduzir *ad infinitum*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo abordamos, por meio do uso de uma metodologia de cunho hermenêutico, que possibilita tanto a compreensão de textos pelo que propriamente expressam, como também por um diálogo intertextual, a conjuntura atual da educação. O método utilizado, na medida em que remete o tema estudado tanto aos demais textos que circunscrevem sua época histórica quanto à contingência, também histórica, de seu sentido, implicando relações de poder, é de origem nietzschiana.

A abordagem hermenêutica, de caráter nietzschiano, que nós empreendemos, possibilita interpretar a presente época, mais precisamente, no que concerne ao campo da educação, como cerceada pela lógica da dívida, por um lado, e pela guerra civil, por outro. Parece-nos que é, entre essas duas “tenazes”, que podemos compreender, de modo abrangente e consistente, a invasão neoliberal no campo da educação.

A educação se revela assim como um campo de batalha estratégico para a guerra civil do Capital contra a maioria da população, visto que a educação implica sobretudo a produção de subjetividade, que pode garantir, como formatação das formas de pensar, sentir e agir dos educandos, a permanência da dominação neoliberal. No entanto, como diria Foucault, o poder suscita resistência. Há sempre, segundo Deleuze e Guattari, linhas de fuga. Isso escapa aos limites desta análise, pois a criação ultrapassa a crítica, com imaginação e ação política...

REFERÊNCIAS

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**. Rio de Janeiro, volume 39, número 1, páginas 27-43, 09/03/2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. *In*: **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013a. p. 213-222.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013b. p. 223-230.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 5. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

KLAUS, Viviane; SANTOS, Iolanda Montano dos. A inclusão e o sujeito empresário de si. *In*: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane (organizadoras). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. As técnicas de si. *In*: **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 264-296.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade 1**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GALLO, Silvio. Governamentalidade democrática e o ensino de filosofia no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 48-65, jan./abr. 2012.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. **As verdades nômades**: por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.